



Debates Sobre BNCC e Neoliberalismo no Dossiê Temático ABdC 2021: Contribuições para uma Perspectiva Crítico-Emancipatória de Educação

Debates on the BNCC and Neoliberalism in the ABdC 2021 Thematic Dossier: Contributions to a Critical-Emancipatory Perspective on Education

Ana Virgínia Silva Prado Ferreira Figueiredo

Mestranda em Educação pela Christian Business Scholl. Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Batista Brasileira. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia. Bacharela em Serviço Social pela Faculdade Dom Luiz de Orleans e Bragança.

Resumo: O presente estudo analisa as relações entre a Base Nacional Comum Curricular e o neoliberalismo a partir de textos de um dossiê publicado em 2021 pela Associação Brasileira de Currículo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, realizada por meio de revisão integrativa de quatro artigos selecionados com base nos descritores “BNCC” e “neoliberalismo”. Os resultados evidenciam críticas à BNCC na condição de política curricular de cariz neoliberal, caracterizada pela centralidade da pedagogia de competências e pelo fortalecimento de mecanismos de regulação educacional, apontando para a necessidade de fortalecimento de perspectivas crítico-emancipadoras nos mais diversos contextos da Educação Básica.

Palavras-chave: BNCC; neoliberalismo; análise; educação; emancipação.

Abstract: This study analyzes the relationships between the National Common Curricular Base and neoliberalism based on texts from a dossier published in 2021 by the Brazilian Curriculum Association. It is a qualitative research study of a bibliographic nature, carried out through an integrative review of four articles selected based on the descriptors “BNCC” and “neoliberalism.” The results highlight criticisms of the BNCC as a curriculum policy of a neoliberal nature, characterized by the centrality of competency-based pedagogy and the strengthening of educational regulation mechanisms, pointing to the need to reinforce critical-emancipatory perspectives in various contexts of Basic Education.

Keywords: BNCC; neoliberalism; analysis; education; emancipation.

INTRODUÇÃO

A atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) brasileira, homologada entre os anos de 2017 e 2018, após um período político turbulento, representa um documento normativo que define um conjunto sistematizado, orgânico e progressivo de habilidades e competências que todos os estudantes da Educação Básica devem desenvolver e aprimorar na escola. Seu processo de elaboração, eivado de (in)tensas críticas por parte de associações acadêmicas e dos especialistas em educação, desenvolveu-se de forma verticalizada, favorecendo nuances conservadoras e de padronização de subjetividades, necessárias à manutenção da racionalidade neoliberal (Brasil, 2018; Coube, 2021).

É cediço que a BNCC foi elaborada em uma conjuntura sociopolítica instável, marcada pelo recrudescimento de políticas com vertente neoliberal, as quais, em diálogo com a defesa de avaliações sistêmicas externas, buscam, dentre outras tantas questões, responsabilizar professores pelo que se convencionou chamar de “fracasso escolar”, padronizar currículos e formar subjetividades alinhadas aos ditames da flexibilidade capitalista.

Diante desse contexto, diversas revistas ligadas a associações acadêmicas, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e da Associação Brasileira de Currículo (ABdC), lançaram dossiês e outras publicações contendo relatos, artigos científicos, resenhas de obras publicadas sobre o assunto, bem como outros textos que estimulam o pensamento crítico-reflexivo em torno do documento normativo mencionado em tela.

Destaca-se que, após a homologação da BNCC, mesmo que parcial (Educação Infantil e Ensino Fundamental), em 2017, os discursos em torno do neoliberalismo e suas influências no campo educacional se intensificaram. Nesse sentido, o objetivo geral do presente texto consiste em realizar um levantamento crítico-reflexivo das abordagens sobre os verbetes “BNCC” e “neoliberalismo” presentes em textos publicados, em 2021, em um dossiê temático da ABdC.

De forma complementar, busca-se: a) Analisar o teor dos textos que discorrem sobre a BNCC e o neoliberalismo; b) Situar a autoria do material selecionado, observando a gênese da enunciação discursiva; c) Identificar a(s) metodologia(s), os resultados encontrados e as bases teórico-epistemológicas utilizadas pelos autores; d) Investigar a contribuição (ou não) das abordagens entretecidas nos textos para uma perspectiva crítico-emancipatória de educação. A questão-problema deste texto foi assim formulada: de que forma as discussões em torno da BNCC e do neoliberalismo aparecem nas abordagens exaradas no Dossiê 2021 publicado pela ABdC?

Neste preâmbulo, convém elucidar que a categoria “emancipação” é concebida a partir de uma percepção crítica freiriana, dentro da qual as práticas sociais, assentadas em processos de reflexividade e (re)construção coletiva de saberes, podem auxiliar na transformação da realidade opressora, possibilitando, ainda, lutar por um outro mundo, mais equânime e democrático (Freire, 2005).

Nota-se que o *constructo* emancipação é polissêmico e ganha centralidade em perspectivas pedagógicas nas quais a educação é concebida como prática social capaz de promover processos de conscientização e, *pari passu*, transformação. Nessa direção, Freire (2005) advoga que a educação emancipadora se fundamenta no diálogo, na problematização da realidade e na construção coletiva dos conhecimentos, permitindo que os sujeitos compreendam criticamente o mundo e atuem para transformá-lo.

A ABdC, fundada em 08/06/2011, está registrada na condição de pessoa jurídica de direito privado, desenvolvendo suas ações sem finalidades lucrativas ou econômicas, por meio da parceria com profissionais da educação, pesquisadores e estudantes envolvidos com temáticas de pesquisa voltadas ao campo do currículo,

artefato ético-político marcado por disputas em torno de seus contextos e de suas reverberações. Atualmente, a instituição é presidida pela Profa. Dra. Inês Barbosa de Oliveira, vinculada à Universidade Estácio de Sá.

Desde o ano de 2019, a ABdC organiza dossiês temáticos, os quais contêm discussões crítico-polifônicas a respeito de nuances importantes dentro do campo educacional. Nesse mesmo período, na *Revista Currículo sem Fronteiras*, lançou “A pesquisa curricular na virada cultural conservadora: desafios, impacto e luta política”. Em 2021, na *Revista e-Curriculum*, desenvolveu o material “De que currículo precisamos em tempos de democracia fraturada, subtração de direitos sociais e crise sanitária de profunda gravidade?”, que foi apresentado e esquadrinhado neste texto.

Em 2022, na Revista Série-Estudos, veio à tona o documento “Currículos culturais não-escolares: processos de subjetivação, verdades e relações de poder”. Em 2023, também na *e-Curriculum*, publicou-se “Narrativas, conversas e as múltiplas grafias de vida...”. Em 2025, ainda na *e-Curriculum*, construiu-se o texto “Subjetividades e subjetivações que (se) (des/re)fazem (n)o currículo: fantasias, afetos, identificações”.

Nota-se que tal processo de escrita e disseminação de ideias, no campo acadêmico, só é possível em virtude das parcerias existentes com alguns periódicos, a exemplo das revistas *Cocar*, *Espaço do Currículo*, *Série-Estudos*, *Currículo sem Fronteiras*, *e-Curriculum* e *Teias*, que possuem uma avaliação positiva por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em virtude da qualidade e do impacto dos materiais publicados.

O dossiê temático de 2021 teve como temática fundante uma pergunta mobilizadora que levava seus leitores a refletirem sobre o alcance do currículo escolar diante do cataclisma pandêmico que suspendeu aulas presenciais, afetando a economia, a política, as culturas e outros espaços-tempos da sociedade. Foi organizado pelo Prof. Dr. Teodoro Adriano Costa Zanardi, em coautoria da Profa. Dra. Branca Jurema Ponce, sendo editado pela *e-Curriculum*, um suporte textual que publica trabalhos inéditos resultantes de pesquisas acadêmico-científicas direcionadas ao currículo, sendo este campo concebido como condição *sine qua non* para o desenvolvimento educacional. Na última avaliação da Capes referente ao quadriênio 2021-2024, o periódico foi classificado na categoria A1, sendo considerado excelente na métrica valorativa do Ministério da Educação (MEC) (Ponce; Zanardi, 2021).

Conforme consta no editorial do Dossiê ABdC 2021, a partir de temas de relevância socio-acadêmica, uma das cinco revistas mencionadas anteriormente organiza e publica textos cujas propostas são submetidas por duplas de professores vinculados a diferentes universidades. Nesse sentido, o material em comento foi composto por nove artigos, somados a outros dez de demanda contínua recebidos pelo periódico.

Convém trazer à tona, nesta introdução, o lugar de fala¹ dos organizadores. Branca Jurema Ponce possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Campos Salles. Apresenta mestrado e doutorado em Educação, também pela PUC-SP, instituição na qual exerce a função de professora titular. Em seu currículo, nota-se ampla experiência com gestão acadêmica e grupos de pesquisa.

Já Teodoro Adriano Costa Zanardi possui graduação em Direito pela Universidade Gama Filho e em Pedagogia pela Universidade FUMEC. Apresenta mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e doutorado em Educação (Currículo) pela PUC-SP. Realizou estágios de pesquisa pós-doutoral em Educação na Alemanha e atuou como consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Este texto foi estruturado em cinco seções complementares, incluindo esta introdução. Após apresentar as nuances metodológicas percorridas, trazem-se à tona algumas discussões sobre “BNCC” e “neoliberalismo” que surgem no Dossiê 2021 da ABdC, por meio da análise dos quatro artigos que compõem o corpus de análise. Depois da breve síntese dos resultados encontrados, aparecem as considerações finais, acompanhadas das referências utilizadas para a construção do estudo.

VEREDAS METODOLÓGICAS

O Dossiê temático da ABdC 2021, conforme já destacado, apresenta nove artigos, além de outros dez de demanda contínua que foram adicionados à publicação do periódico. O presente estudo, de natureza qualitativa e bibliográfica, realizou uma busca a partir dos descritores “BNCC” e “neoliberalismo”, a fim de efetivar uma análise crítica dos textos que falassem, de forma conectada ou não, a respeito dessas temáticas. Destarte, fez-se uso de uma revisão integrativa.

O Quadro 1 evidencia os títulos dos artigos que compõem o Dossiê temático da ABdC 2021, bem como as respectivas autorias, sinalizando se o texto foi, a partir da leitura de seu resumo e das palavras-chave, selecionado para compor o corpus de análise. Observa-se que, desses textos, apenas dois foram incluídos, em virtude de suas abordagens e do foco de discussão.

1 Trata-se de uma categoria ético-política bastante difundida por Ribeiro (2017) em alusão aos contextos dos quais os discursos emanam, podendo ser atravessados por marcadores sociais de diferença e outras nuances atreladas ao poder.

Quadro 1 – Artigos do Dossiê ABdC 2021 e seleção para pesquisa.

Continua →

Título do Artigo	Autoria	Seleção para pesquisa
1. Educando à direita e as políticas educacionais neoliberais, Conservadoras e fundamentalistas.	Shahla Cardoso de Albuquerque Teodoro Adriano Costa Zanardi	SIM
2. Pós-pandemia no Brasil: a necessária retomada e ampliação da democracia e a construção de um porvir curricular de qualidade social.	Branca Jurema Ponce Wesley Batista Araújo	NÃO
3. Movimentos de reexistência do currículo de Pedagogia: inspirações da Resolução n. 2/2015 sobre o desejo de mudar.	Leila da Franca Soares Rejane de Oliveira Alves Ronaldo Figueiredo Venas	NÃO
4. “Tudo deve mudar para que tudo fique como está”: análise das implicações da Base Nacional Comum Curricular para a Educação em Ciências.	Adriana Mohr Larissa Zancan Rodrigues	SIM
5. Quando os números falam mais alto: imposições, consentimentos e contestações.	Elisabete Búrigo	NÃO
6. Projeto de leitura e descolonização do currículo: uma construção coletiva e inovadora.	Luciene Ribeiro da Silva Nádia Dumara Ruiz Silveira	NÃO
7. Construindo cidadãos digitais: proposta curricular Sa-feweb para crianças e jovens em Portugal.	Carolina Almeida Filipe Moreira Maria José Loureiro Natália Pestana	NÃO
8. A educação brasileira em quarentena: reflexões curriculares sobre políticas pandêmicas.	Alessandra Andrade Cardoso Allan Rodrigues Guilherme Pereira Atribel Gustavo Diniz de Taveira	NÃO
9. Experiências do período pandêmico no Amazonas: o ensino híbrido na Seduc-AM e as narrativas docentes.	Amanda Ramos Mustafa Iolete Ribeiro da Silva Priscila Vasques Castro Dantas	NÃO

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

De forma complementar, o Quadro 2 exibe os títulos dos demais artigos de demanda contínua que foram agrupados ao Dossiê 2021 da ABdC, sendo organizados, também, a partir de suas respectivas autorias e da (não) seleção para pesquisa, a partir do teor da discussão que o texto traz. Deles foram selecionados mais dois textos.

Quadro 2 – Artigos da demanda contínua do Dossiê ABdC 2021 e seleção para pesquisa.

Continua →

Título do Artigo	Autoria	Seleção para pesquisa
1. Avaliação em larga escala para a alfabetização e os direitos de aprendizagem e língua portuguesa: entre aproximações e distanciamentos.	Isla do Carmo Vieira Goulart Giovanna Rodrigues Cabral Lenise Teixeira de Sousa	NÃO
2. Desafios e controvérsias da Base Nacional Comum Curricular: a diversidade em questão.	Claudio Pinto Nunes Di Paula Prado Calazans	SIM
3. Uma revolução controlada? A BNCC como política de centralização.	Altair Alberto Fávero Chaiane Bukowski Junior Bufon	SIM
4. Campos de silêncio sobre questões curriculares nas escolas de fronteira bilíngues no Brasil.	Janaina Moreira Pacheco Luiz Antonio Gomes Senna	NÃO
5. Um olhar sobre propostas de educação quilombola no Brasil a partir de referenciais curriculares estaduais.	Elivaldo Serrão Custódio	NÃO
6. Questões epistemológicas no campo da didática: entre encantamentos, esquecimentos e insurgências.	Danilo Romeu Streck	NÃO
7. O diálogo no currículo de ciências no município de SP em diferentes gestões: uma análise comparada à luz de Freire.	Antonio Fernando G. da Silva Elis Laura Pinto Rieger Hippler	NÃO
8. Pesquisa com os cotidianos: um extrato dialógico no curso de Pedagogia.	Ester Maria Figueiredo Souza Marlene Moreira Xavier	NÃO
9. Atividade física adaptada nos currículos dos cursos de Educação Física das universidades públicas nordestinas.	Neige de Lourdes Fumes Renato Vitor da Silva Tavares	NÃO

Título do Artigo	Autoria	Seleção para pesquisa
10. Concepção de tecnologia: levantamento, análise e possíveis implicações no projeto pedagógico institucional da UTFPR.	José Bento Suart Júnior Mayara Cristina Yamanoé	NÃO

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Os critérios de inclusão dos textos, após leitura crítica, foram: ter sido publicados no Dossiê 2021 da ABdC, incluindo a demanda contínua e abordar, de forma conectada ou não, as temáticas “BNCC” ou “neoliberalismo”. Para realizar a categorização foi necessário fazer o download de todos os dezenove textos e, em seguida, efetivar uma análise detalhada dos resumos e das palavras-chave.

É válido mencionar que a pesquisa bibliográfica se caracteriza pelo levantamento de informações em fontes já disponíveis, fazendo-se uma releitura crítica de teses, artigos, livros ou outros textos que abordam a temática em análise, possibilitando a (re)construção de saberes no campo acadêmico (Creswell, 2014).

Já a pesquisa qualitativa foi adotada nas veredas investigativas deste texto em virtude da valorização dos processos imanentes à construção de ideias, e não do mero resultado que elas trazem. Tal abordagem busca a compreensão de um determinado fenômeno, atribuindo primazia às interpretações, a fim de construir uma análise que seja capaz de reconhecer a complexidade do que se observa (Gil, 2024).

A revisão integrativa, consoante definição de Galvão, Silveira e Mendes (2008), abarca uma síntese construída a partir de conhecimentos já existentes, possibilitando reunir e analisar estudos que já foram publicados sobre um determinado tema-fenômeno. Assim, tem-se uma estratégia de investigação que não se limita a descrever resultados, mas a examiná-los, compará-los, identificando convergências e divergências, bem como construindo categorias que permitem ampliar a compreensão de um *constructo* de pesquisa.

O CORPUS DE ANÁLISE: NEOLIBERALISMO E BNCC NO DOSSIÊ 2021 DA ABDC

Após a seleção dos materiais publicados no Dossiê da ABdC 2021, tendo por base os debates sobre “neoliberalismo” e “BNCC”, verificou-se que quatro textos se enquadravam nos critérios de inclusão. Nesse sentido, foram analisados os seguintes artigos: “Educando à direita e as políticas educacionais neoliberais, conservadoras e fundamentalistas”, de Albuquerque e Zanardi (2021), “Uma revolução controlada? A BNCC como política de centralização”, de Bukowski, Centenaro e Fávero (2021), “Tudo deve mudar para que tudo fique como está”: análise das implicações da Base Nacional Comum Curricular para a Educação em Ciências”, de Mohr e Rodrigues (2021), e “Desafios e controvérsias da Base Nacional Comum Curricular: a diversidade em questão”, de Calazans, Nunes e Silva (2021).

Educando à Direita e as Políticas Neoliberais, Conservadoras e Fundamentalistas

O artigo de Albuquerque e Zanardi (2021), construído após ampla pesquisa bibliográfica, busca, em seu bojo, compreender as disputas que existem, historicamente, no campo educacional brasileiro, a partir do avanço do que os autores consideram uma onda conservadora, neoliberal e fundamentalista, tríade que é esquadrihada em todo o texto, por meio de um referencial teórico crítico que revela as consequências dessas três vertentes.

Shahla Cardoso de Albuquerque possui doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Fez mestrado na mesma área e universidade. É formada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Congonhas. Atualmente, exerce suas atividades profissionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, com foco na supervisão e orientação pedagógica.

Teodoro Adriano Costa Zanardi realizou estágio pós-doutoral em Educação pela Universidade de Colônia, na Alemanha. Possui doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. cursou mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Apresenta graduação em Direito pela PUC-MG e em Pedagogia pela Universidade FUMEC. Atuou como consultor da Unesco, sendo também membro da ABdC e da ANPEd. Atualmente, trabalha na condição de professor adjunto IV e coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-MG.

Já na introdução, os autores destacam o poder que uma educação escolarizada proporciona, sendo transformada em negócio em contextos neoliberais que, a partir da Teoria do Capital Humano, passa a focar em competências e habilidades standardizadas, a fim de atender às demandas da produtividade do mercado, desprezando possibilidades emancipatórias.

Questionam-se, dentro do texto, os aspectos fundantes da qualidade educacional proposta pelos movimentos empresariais que, em seu modus operandi, naturalizam desigualdades, visam à homogeneização curricular e focam em competências calcadas no empreendedorismo. Por isso, lançam, em diversas vezes, uma crítica a esse sistema, a partir de premissas formuladas por Michael Apple.

Há uma discussão acerca dos desdobramentos ideológicos da esquerda e da direita, perscrutando razões e significados dessas posições no campo político-educacional. Feito isso, contextualiza-se a onda fundamentalista-conservadora-neoliberal a partir de experiências vivenciadas após o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a exemplo dos Movimentos Escola sem Partido e Brasil Livre, que suscitaram inúmeras polêmicas em diversos espaços acadêmicos, mas não se restringiram a eles.

Os autores advogam que, na sociedade contemporânea, os projetos ideológicos hegemônicos pautam a educação a partir de premissas assentadas na

competição e na construção de projetos de vida individuais, a fim de se atender a premissas mercadológicas, tornando a sociedade cada vez mais desigual e seletiva.

No que diz respeito ao artefato curricular, as políticas neoliberais maximizam a precarização do trabalho, estimulando os cidadãos a empreender e se tornarem empresários de si mesmos. Nesse sentido, citam as recentes alterações realizadas no Ensino Médio brasileiro, as quais estimulam a manutenção das estruturas sociais vigentes.

A fim de comprovar as sérias consequências da onda neoliberal-conservadora-fundamentalista, faz-se uma análise da categoria “gênero” a partir dos influxos provocados pelo Movimento Escola sem Partido, o qual apresenta propostas reacionárias para os contextos educacionais, incitando a existência de ambientes escolares indiferentes às múltiplas diferenças, com o fito de evitar o que passaram a conceber como “doutrinação partidária”, sendo que os efeitos de tais ideias reverberaram nos contextos políticos eleitorais.

Além disso, há uma crítica ao proselitismo religioso e ao advento do homeschooling, outras premissas que geraram (in)tensas polêmicas em nível nacional, gerando, inclusive, a tramitação de processos perante o Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, Albuquerque e Zanardi (2021) sinalizam que tais “compromissos” religiosos e, *pari passu*, ideológicos, apresentam vieses conservadores que visam, ao fim e ao cabo, à promoção e produção de materiais pedagógicos articulados em crenças e valores neoliberais.

Nota-se que o percurso argumentativo urdido pelos autores foi estabelecido por meio de uma polifonia crítica e articulada. Nesse sentido, no que diz respeito ao suporte teórico, percebe-se o uso de excertos de legislações, pesquisas bibliográficas em livros acadêmicos e artigos científicos, notícias publicadas em sítios eletrônicos confiáveis e um plano de governo.

No que diz respeito aos autores selecionados, é possível encontrar ideias de Theodor Adorno, Ricardo Antunes, Michael Apple, Norberto Bobbio, Michel Foucault, Luiz Carlos Freitas, Gaudêncio Frigotto, Michael Löwy, Robert Sayre, Karl Marx e Friedrich Engels, Antônio Flávio Moreira, John Rawls e Márden de Pádua Ribeiro.

Observa-se o uso de autores que, embora apresentem especificidades concernentes às tradições teórico-epistemológicas nas quais estão situados, estabelecem uma conexão a partir da perspectiva crítica utilizada para analisar a sociedade, o Estado e as interferências do capitalismo no campo educacional.

Há um grupo de autores que se alinha à tradição marxista, fundamentando suas ideias no materialismo histórico-dialético, a exemplo de Ricardo Antunes, Gaudêncio Frigotto, Luiz Carlos de Freitas, Michael Löwy e Robert Sayre. Existe, ainda, a contribuição de um representante da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno, em virtude de sua crítica à sociedade autoritária marcada por mecanismos de opressão.

Fez-se uso de um autor pós-estruturalista que investigou as formas de poder, a biopolítica e a produção de saberes em instituições modernas, Michel Foucault. Em virtude da temática fundante do estudo, também houve, de um lado, diálogos com

a teoria crítica do currículo formulada por Michael Apple e, em contextos brasileiros, por Antônio Flávio Barbosa Moreira e, de outro, com a Filosofia Política, a partir das contribuições de Norberto Bobbio, John Rawls e Márden de Pádua Ribeiro.

Uma Revolução Controlada? A Bncc como Política de Centralização

Bukowski, Centenaro e Fávero (2021), através de estudos bibliográficos, análise documental e de conteúdo, analisam o documento da BNCC na condição de política centralizadora, mesmo que, discursiva e midiaticamente, tenha sido apresentada pelo MEC e pelos setores empresariais como uma transformação democrática e inovadora para a educação.

Chaiane Bukowski possui doutorado em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Fez mestrado em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul, instituição na qual cursou a especialização em Educação Integral. Apresenta graduação em Pedagogia pela Faculdade Anglicana de Erechim. Atualmente, é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior, pesquisando sobre currículo, conhecimento e gestão escolares, políticas educacionais e educação integral.

Junior Bufon Centenaro é doutor em Educação pela Universidade de Passo Fundo, instituição na qual fez mestrado na mesma área. Possui especialização em Espiritualidade pela Itepa Faculdades. É licenciado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo, onde integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior. Atualmente, trabalha com assessoria pedagógica na Rede de Educação Notre Dame.

Altair Alberto Fávero realizou estágio pós-doutoral na Universidad Autónoma del Estado de México. Fez doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Cursou especialização em Epistemologia das Ciências Sociais e graduação em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo. Desde 1992, integra o corpo docente da Universidade de Passo Fundo. Também é pesquisador, desde 2021, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No texto, defende-se que a BNCC foi construída atrelada a interesses de fundações e grupos empresariais que buscam instituir preceitos de gestão científico-mercantil no currículo. Para justificar essa tese, os autores mencionam o advocacy do Todos pela Educação (TPE) e do Movimento pela Base (MPB), os quais publicaram artigos na imprensa, realizaram campanhas publicitárias e financiaram pesquisas com o intuito de defender a BNCC e construir um discurso favorável a ela.

O estudo de Bukowski, Centenaro e Fávero (2021) analisa matérias publicitárias lançadas entre 2017 e 2020 e disponíveis nos sites do MEC, do MPB e do TPE, observando se a BNCC reedita modelos prescritivos e mercadológicos, uma vez que tal documento normativo despertou uma série de debates e disputas políticas em torno dos seus escopos, configurações e processos de elaboração.

Outro ponto questionado é a BNCC como garantia do que se convencionou chamar de “qualidade no ensino”, pois essa norma apregoa que visa à equidade, porquanto os estudantes, ao se depararem com os mesmos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, teriam as mesmas oportunidades para se construir uma escola e, por corolário, uma sociedade mais justa.

O cerne do texto está na busca de contrapontos para a ideia de uma BNCC democrática, inovadora e plural, tal como foi apresentada no texto introdutório subscrito pelo ministro da educação em exercício no ano de 2017. Na visão de Bukowski, Centenaro e Fávero (2021), no que diz respeito ao processo de elaboração dessa norma, os direcionamentos efetivados não levaram em consideração as contribuições de docentes, embora tenham sido realizadas consultas públicas envolvendo tais sujeitos.

Mesmo com a existência de consultas públicas aos sujeitos educacionais, percebe-se que os contributos fornecidos não foram incorporados ao documento, levando a uma lógica de que aos professores e às escolas compete implementar o documento, desconsiderando suas funções na condição de elaboradores do currículo, ou seja, de sujeitos curriculantes que (des)tecem realidades instituídas verticalmente (Macedo, 2017).

Assim, com a programação estandardizada de performances educacionais, a escola é comparada a uma empresa com linhas de produção, na qual é possível gerenciar seus processos pedagógicos por meio de uma racionalidade técnica capaz de controlar comportamentos de professores e estudantes, atendendo aos preceitos de eficiência, equidade e excelência, comuns na racionalidade e na retórica neoliberais.

Convém enfatizar que as premissas mercadológicas incorporadas à BNCC integram uma agenda global difundida por organismos multilaterais, a exemplo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as quais exigem dos países membros melhorias para a educação por meio de resultados e performances atrelados a avaliações externas e à pedagogia das competências, necessárias à engenharia mercantil.

O corpus analisado pelos autores caracteriza a BNCC como uma reedição de uma política lastreada na racionalidade técnica, configurando-se como um modelo prescritivo e controlado, não possuindo nuances “revolucionárias” ou “inovadoras” que possam contribuir para entretecer um currículo crítico-emancipatório, (re)criado continuamente pelos sujeitos curriculantes.

As contradições identificadas nos discursos idílicos e salvacionistas em torno da BNCC revelam que esta se trata de um documento que atribui aos professores a mera função de trabalhar com habilidades e competências diante de um currículo comum, mesmo em um país multifacetado cujas realidades são atravessadas por diversas especificidades.

É válida a crítica que Bukowski, Centenaro e Fávero (2021) trazem emanada de instituições representativas no campo educacional brasileiro, a exemplo da ANPEd e da ABdC, que, por diversas vezes, argumentaram que uma lista de

habilidades e competências integra uma tendência (inter)nacional que açambarca padronização curricular, avaliação e responsabilização, desconsiderando-se os processos pedagógicos.

O texto também tece uma crítica aos códigos alfanuméricos e ao fato de a BNCC centralizá-los nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática, em virtude das avaliações externas. O fundamento para ratificar essa ideia é o de que essa abordagem visa à adaptação dos sujeitos, administrando nuances formacionais para subordiná-las a premissas mercantis. Destarte, o currículo passa a ser concebido como um produto, e não um projeto de formação em prol de uma outra sociedade.

Nas referências teóricas, são adotados artigos, legislações, notícias e livros, ganhando primazia as contribuições de Michael Apple, Fernando Cássio, Luís Fernandes Dourado, Christian Laval, Alice Casimiro Lopes, Elisabeth Macedo, Erika Moreira Martins, José Pacheco e Mônica Ribeiro da Silva. Observa-se a prevalência de autores contemporâneos atrelados às discussões sobre currículo e política pública.

A seleção de autores aponta para campos teórico-epistemológicos complementares, embora as discussões entretecidas possam apresentar ênfases diferentes. De forma sintética, pode-se observar a existência de três grupos. Michael Apple, Christian Laval, Fernando Cássio, Luís Fernandes Dourado, Erika Moreira Martins e Mônica Ribeiro da Silva, mesmo estando situados em contextos diferentes, fazem uso da Sociologia da Educação e da Economia Política vinculadas ao campo pedagógico, a partir de uma perspectiva crítica.

Alice Casimiro Lopes e Elisabeth Macedo, pesquisadoras com elevado número de publicações no universo acadêmico, estabelecem uma interlocução com as teorias pós-críticas de currículo, a partir de uma abordagem discursiva. Já José Pacheco, em virtude de suas experiências inovadoras na Escola da Ponte, foca suas discussões com base em perspectivas pedagógicas voltadas à democratização educacional, por meio da valorização da autonomia estudantil e da aprendizagem colaborativa com os sujeitos curriculantes.

“Tudo deve Mudar para que Tudo Fique como Está”: Análise das Implicações da Base Nacional Comum Curricular para a Educação em Ciências

O texto de Mohr e Rodrigues (2021), a partir de uma epígrafe-título extraída do livro *O leopardo*, escrito pelo italiano Giuseppe di Lampedusa, identifica e investiga as intencionalidades formativas prescritas pela BNCC na área de Ciências da Natureza. Para isso, fez uma análise de conteúdo a partir de documentos relacionados à norma curricular vigente no Brasil.

Adriana Mohr possui doutorado em Educação: ensino de Ciências Naturais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Também fez mestrado em Educação pela Fundação Getúlio Vargas. É licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade

Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é professora titular na Universidade Federal de Santa Catarina, atuando no Departamento de Metodologia de Ensino.

Larissa Zancan Rodrigues fez mestrado e doutorado em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente, atua no corpo docente na Rede Municipal de Ensino de São José.

Após realizar uma breve introdução, as autoras tecem uma análise da conjuntura na qual o Brasil vivia durante o período de escrita do estudo, enfatizando os reflexos na política educacional. Nesse sentido, mencionam a pandemia da covid-19, a qual agudizou os processos de reformas empresariais nas escolas, a partir de premissas voltadas à privatização, meritocracia e responsabilização educacional, atendendo às demandas do capital globalizado

Na sequência, o foco do texto recai sobre o processo de elaboração e aprovação da BNCC, visto como acelerado e eivado de rupturas, cujos movimentos atendiam aos anseios de grupos empresariais que ambicionam uma educação mercadológica com a qual sejam desenvolvidas competências e habilidades para se enfrentar os desafios do século XXI.

A partir dessas sinalizações, faz-se uma análise, per se, de habilidades voltadas a uma área do conhecimento, sinalizando que, nos processos investigados da BNCC, há a presença de ideias positivistas, escamoteando saberes que o campo da filosofia da ciência arregimentou historicamente.

Nesse sentido, alguns objetos de conhecimento e suas respectivas habilidades são esquadrinhados, percebendo-se neles uma ênfase no saber fazer, a partir de uma hierarquização baseada na Taxonomia de Bloom e na proposta, divulgada como “inovadora”, do STEAM (Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), que vem sendo incorporada em muitos sistemas educacionais, em virtude de sua nuance multidisciplinar.

As autoras concluem o texto enfatizando que, além da retórica vazia existente na BNCC, os fundamentos da pedagogia de competências, no componente curricular Ciências, valorizam processos indutivos na/para a produção de saberes, enfatizando procedimentos previamente fixados, em um escopo positivista, ultrapassado na pesquisa na área de Educação em Ciências.

Para a construção dos percursos argumentativos, foram utilizadas diversas referências, incluindo artigos científicos, livros, legislações da área educacional, notícias, artigos de opinião publicados na internet e uma tese de doutorado defendida na Universidade Federal de Santa Catarina.

Os artigos científicos foram escritos por Theresa Adrião, Márcia Ângela da Silva Aguiar, Vera Lúcia Jacob Chaves, Celso João Ferretti, Monica Ribeiro da Silva, Acson Gusmão França, Luiz Carlos de Freitas, Waldemar Marques, Achille Mbembe, Breno Arsioli Moura, Gustavo Pugliese, Elio Carlos Ricardo, Arden Zylbersztajn, Fernando Cássio e Ronaldo Spinelli Júnior. Os livros foram elaborados por Silvio Almeida, Alberto Cupani, José Gimeno Sacristán, David Harvey, Myriam Krasilchik, Dermeval Saviani e Monica Ribeiro da Silva. Já a tese foi construída por Allan Kenji Seki.

Os autores selecionados se vinculam a diferentes campos teóricos, focando seus estudos em políticas educacionais, currículo, sociologia da educação e pedagogia crítica. Epistemologicamente, há diálogos com perspectivas críticas, histórico-dialéticas, sociológicas e pós-coloniais, ao conceber a educação como um fenômeno multifacetado, porque é histórico, político e sociocultural.

Em termos de políticas educacionais em uma perspectiva crítica, situam-se os estudos de Theresa Adrião, Márcia Ângela da Silva Aguiar, Vera Lúcia Jacob Chaves, Celso João Ferretti, Monica Ribeiro da Silva, Acon Gusmão França, Luiz Carlos de Freitas, Waldemar Marques, Fernando Cássio e Ronaldo Spinelli Júnior, nos quais predomina a abordagem crítica ou histórico-dialética.

A respeito dos estudos sociais da ciência, a partir de bases didáticas, históricas e filosóficas, estão as pesquisas de Breno Arsioli Moura, Gustavo Pugliese, Elio Carlos Ricardo, Arden Zylbersztajn e Ronaldo Spinelli Júnior. Para abarcar a teoria crítica da sociedade e os estudos pós-coloniais, verificam-se as ideias de Achille Mbembe, Silvio Almeida e David Harvey. Já a teoria crítica do currículo e dos fundamentos da educação aparece em José Gimeno Sacristán e Dermeval Saviani. Por fim, a Filosofia da Ciência aparece nas obras de Alberto Cupani e Myriam Krasilchik, enquanto Allan Kenji Seki realiza uma abordagem no campo da economia política da educação.

Desafios e Controvérsias da Base Nacional Comum Curricular: A Diversidade em Questão

Calazans, Nunes e Silva (2021), por meio de um estudo qualitativo realizado através de pesquisa bibliográfica e análise documental, discutem as emblemáticas e polêmicas relações entre a BNCC e o *constructo* “diversidade”, afetado por críticas e defesas que se intensificaram com a conjuntura política do Brasil no momento em que o documento normativo foi construído e aprovado, gerando controvérsias em diferentes esferas, tanto dentro quanto fora da escola.

Di Paula Prado Calazans possui mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. É membro do Grupo de Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente. Atualmente, trabalha na condição de técnica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, no campus de Itapetinga.

Cláudio Pinto Nunes possui doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e mestrado em Educação e Pesquisa pela Université du Québec à Chicoutimi. Realizou estágios pós-doutorais na Universidade de Coimbra e na Universidade Federal de Minas Gerais. Tem graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Atualmente, é professor titular pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Também é editor-chefe de revistas acadêmico-científicas e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

Daniela Oliveira Vidal da Silva é doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia. cursou mestrado na mesma área, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Possui diversas especializações voltadas ao campo

educacional. É pedagoga pela UESB. Atualmente, atua na assessoria pedagógica do Centro Universitário UniFTC, em Vitória da Conquista.

A gênese do artigo parte da própria definição de BNCC como um:

Documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2018, p. 9).

Nesse sentido, um documento com o escopo acima mencionado necessita, em seu bojo, abordar a temática da diversidade, uma vez que os contextos escolares são multifacetados, marcados por heterogeneidades e circunstâncias peculiares que afetam, (in)diretamente, o cotidiano institucional.

Ao discorrer sobre os projetos de sociedade em disputa na construção da BNCC, os autores questionam debates que foram negligenciados no processo, a exemplo de questões inerentes à diversidade, pois o currículo, na condição de território contestado, nunca é neutro, expressando historicidades e tensões (Arroyo, 2013).

O texto defende a ideia de que um documento curricular nacional, elaborado para orientar sistemas de educação, é oriundo de políticas públicas vinculadas, ideologicamente, às influências neoliberais de instituições ligadas ao campo da economia, exigindo modelos formacionais assentados na produtividade.

Os debates em torno da diversidade contemplam não apenas as questões de gênero, mas o ensino religioso, as modalidades educacionais, a exemplo da Educação de Jovens e Adultos e da Educação do Campo, e as relações étnico-raciais, bem como o trabalho com povos indígenas e quilombolas.

As análises entretecidas por Calazans, Nunes e Silva (2021) revelam que a temática da diversidade vem provocando inúmeras repercussões na sociedade, fato que demanda a existência de movimentos contra-hegemônicos capazes de questionar e superar a ideologia neoliberal que busca padronizar currículos, como se existissem, em contextos educacionais, ritmos de aprendizagem idênticos.

Os autores, além de realizar uma análise de conjuntura e construir notas sobre as implicações e significados do termo “diversidade”, compreendem que este é citado na introdução da BNCC, mas de forma genérica e retórica, porquanto a abordagem sobre pluralidade cultural não é ampliada para se problematizar conceitos a exemplo de “cultura”, “identidades”, “gêneros”, “sexualidade”, os quais poderiam ser trabalhados, transversalmente, em vários componentes do currículo.

O estudo em comento também auxilia na percepção de que a retórica neoliberal faz uso de termos pedagógicos que estão “na moda”, a exemplo de “inclusão”, “diversidade”, “qualidade”; todavia, essa abordagem não é crítica e verticalizada, mas urdida para gerar consenso em torno do que é dito no decurso das páginas. Essa estratégia já foi devidamente analisada por Casara (2021) e Gentili (1998).

As referências bibliográficas utilizadas contemplam dissertações de mestrado, uma tese de doutorado, alguns livros, diversos artigos científicos publicados em revistas bem avaliadas pela Capes e legislações, a exemplo do próprio texto da BNCC, de resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Constituição Federal de 1988.

Os trabalhos acadêmicos mencionados foram escritos por Emerson Pereira Branco, Carolina Ramos Heleno, Marília Moscoso Maia, Eduardo Ribeiro Mueller, Nathália Egito Rocha, Vivian Aparecida Rodrigues e Paulo Crispim Souza. Já os artigos foram elaborados por Luiz Fernandes Dourado, João Ferreira de Oliveira, Windyz Brazão Ferreira, Nilma Lino Gomes e Jane Cláudia da Silva.

Observa-se a adoção de referências recentes cujos autores abordam temáticas atinentes ao campo das políticas educacionais, da Sociologia da Educação, da gestão e dos estudos críticos sobre currículo, diversidade e formação docente, concebendo a educação como um fenômeno que é, ao mesmo tempo, histórico, político e social, não podendo, nesse sentido, ser analisado de forma fragmentada.

Os aludidos pesquisadores vêm contribuindo, no cenário acadêmico, com a criação de textos, a partir de uma abordagem crítico-interpretativa, voltados às mudanças no currículo ocorridas recentemente no Brasil, problematizando a ideia de regulação, avaliação e gestão da Educação Básica, mormente após a homologação da BNCC.

DISCUSSÕES SOBRE BNCC E NEOLIBERALISMO NO DOSSIÊ: UMA BREVE SÍNTESE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

Ao realizar uma comparação entre os quatro artigos que compõem o corpus de análise deste trabalho, é possível observar vários pontos de convergência, não apenas teóricos, mas também nos planos temáticos e epistemológicos, mormente no que diz respeito a visões de políticas curriculares recentes, a exemplo da BNCC, afetada por premissas neoliberais, a fim de se atender a anseios mercadológicos.

O primeiro ponto de convergência diz respeito à existência de uma perspectiva crítica para se analisar políticas curriculares. Nesse sentido, os autores selecionados concebem a BNCC dentro de uma conjuntura afetada pelo neoliberalismo, na qual há uma reconfiguração do Estado para atender às exigências do empresariado.

A segunda aproximação sucede na crítica deliberada ao neoliberalismo e a um processo a ele inerente, qual seja, a mercantilização educacional, uma vez que as escolas passaram a ser orientadas por princípios oriundos do mercado, sendo comuns ideias relacionadas à competitividade, eficiência, produtividade e empreendedorismo, forjando uma redução do projeto formacional que lá se desenvolve.

A terceira convergência se dá nos questionamentos à BNCC como política curricular centralizadora, uma vez que, embora os discursos oficiais tenham apresentado o documento como “democrático”, “inovador” e promotor de “equidade”,

observa-se que tal norma reforça, na prática, processos de padronização curricular com vistas ao controle pedagógico, à redução da autonomia docente e à responsabilização deste pelo que se convencionou chamar de “fracasso educacional”.

A quarta aproximação se estabelece quando são observadas as diversas e persistentes influências dos grupos empresariais na construção de reformas no campo da educação, baseadas em modelos gerencialistas que concedem primazia a indicadores de desempenho, avaliações externas standardizadas e à pedagogia de competências, bastante criticada por sua vertente pragmática.

A quinta convergência pode ser observada na crítica à redução do currículo a uma lógica orientada por agências multilaterais, a de competências e habilidades. Tal paradigma traz, em seu bojo, uma racionalidade técnica que fragmenta os saberes, limitando-os a resultados mensuráveis que dificultam uma formação crítico-emancipatória.

Uma sexta convergência se estabelece na análise da invisibilização da diversidade e na naturalização de disparidades sociais. Destarte, embora a BNCC fale de inclusão, pluralidade e outros tantos termos correlatos, essas referências são genéricas e pouco problematizadas, pois debates relevantes relacionados ao gênero, às relações étnico-raciais, aos povos indígenas, à Educação do Campo ou à Educação de Jovens e Adultos foram evitados.

Nesse prisma, nota-se que, ao fazerem usos de tradições críticas vinculadas às ciências sociais da educação, a exemplo do materialismo histórico-dialético, da Sociologia da Educação e de abordagens atinentes à tríade poder-discurso-instituições, Mohr e Rodrigues (2021), Calazans, Nunes e Silva (2021), Bukowski, Centenaro e Fávero (2021) e Albuquerque e Zanardi (2021) contribuem para entretecer/apresentar reflexões a respeito da construção de políticas curriculares com vieses emancipatórios, em um projeto de sociedade verdadeiramente democrático, crítico e socialmente comprometido com todos os sujeitos curriculantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise detalhada dos artigos que constituem o corpus de análise deste trabalho permitiu observar a busca, em nível (inter)nacional, por meio de políticas públicas, de currículos standardizados e pautados em competências e habilidades, em diálogo com o que apregoam as avaliações externas, fato que desconsidera a insuficiência de investimentos em infraestrutura das escolas, na formação qualificada dos professores e em outras nuances que interferem no trabalho político-pedagógico entretecido em sala de aula.

O Dossiê 2021 da ABdC representa um importante documento para se problematizar os impactos da pandemia covid-19 em contextos educacionais, bem como acerca dos verbetes aqui analisados, BNCC e neoliberalismo, questionando a configuração de um artefato curricular em tempos nos quais a democracia brasileira enfrentava sérios problemas, com a subtração de direitos sociais das classes

menos favorecidas, processo que se recrudescou com a crise sanitária global, cujas reverberações perduram até os dias atuais.

Além das discussões sobre os temas em tela neste estudo, os textos do Dossiê em comento contemplam debates a respeito das seguintes questões: construção e ampliação da democracia, qualidade social da educação, movimentos de resistência a currículos impostos, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, descolonização e inovação curricular, cidadania digital, ensino híbrido, avaliação em larga escala, educação quilombola, didática, pesquisa com os cotidianos, dentre outros.

Notou-se que, embora os textos apresentem opções metodológicas diferenciadas, há um diálogo fecundo e plural com autores que realizam análises de reformas curriculares, compreendendo a BNCC como parte de um conjunto de medidas mais amplas articuladas a premissas mercadológicas neoliberais que reduzem a autonomia docente e desconsideram as múltiplas realidades socioculturais que permeiam o sistema educacional brasileiro.

Os autores que integram o corpus de análise investigado convergem no sentido de avaliar a pedagogia de competências e habilidades como uma racionalidade técnica que confere proeminência a indicadores de desempenho, reconfigurando as escolas e o trabalho pedagógico docente a partir de premissas atinentes à racionalidade neoliberal que dificulta a construção de uma sociedade democrática-emancipatória.

Por fim, evidencia-se que os quatro textos mobilizam nuances teórico-epistemológicas diferentes, questionando de que forma o currículo representa um campo de disputas, não apenas políticas, mas culturais. Nesse sentido, ao problematizarem as relações entre BNCC, neoliberalismo e embates ideológicos no campo educacional, tais estudos ampliam a compreensão sobre os processos que atravessam a formulação e a implementação de políticas públicas, estimulando reflexões críticas sobre seus impactos na organização da escola e na formação multirreferencial dos sujeitos curriculantes.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Shahla Cardoso de; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. Educando à direita e as políticas educacionais neoliberais, conservadoras e fundamentalistas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1406-1431, out./dez., 2021.
- ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BUKOWSKI, Chaiane; CENTENARO, Junior Bufon; FÁVERO, Altair Alberto. Uma revolução controlada? A BNCC como política de centralização. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 4, p. 1676-1701, 2021.

CALAZANS, Di Paula Prado; NUNES, Cláudio Pinto; SILVA, Di Paula Prado da. Desafios e controvérsias da Base Nacional Comum Curricular: a diversidade em questão. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 4, p. 1650-1675, 2021.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

COUBE, André Luiz da Silva. **A Base Nacional Comum Curricular e a busca da padronização das subjetividades**. Curitiba: CRV, 2021.

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Trad. Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALVÃO, Cristina Maria; MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira. **Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na Saúde e na Enfermagem**. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, out./dez., p. 758-764, 2008.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MOHR, Adriana; RODRIGUES, Larissa Zancan. “Tudo deve mudar para que tudo fique como está”: análise das implicações da Base Nacional Comum Curricular para a Educação em Ciências. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 4, p. 1483-1512, 2021.

PONCE, Branca Jurema; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. Dossiê Temático ABdC 2021: “De que currículo precisamos em tempos de democracia fraturada, subtração de direitos sociais e crise sanitária de profunda gravidade?”. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 4, p. 1403-1405, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.